

(RE)VISITANDO OS CAMINHOS DO ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

*Gabrielle Francinne de S.
C. Tanus*

Professora do Departamento de
Ciência da Informação da
Universidade Federal do Rio
Grande do Norte. Doutora em
Ciência da Informação pela
Universidade Federal de Minas
Gerais.

E-mail: gfrancinne@gmail.com

RESUMO

No dia 12 de março é comemorado o dia do bibliotecário no Brasil, que foi instituído pelo Decreto nº 84.631, em 1980. Desde então, em todo território nacional festeja-se o exercício dessa profissão regulamentada em 1962. As comemorações são promovidas pelas bibliotecas, associações, conselhos de Biblioteconomia e cursos de formação, os quais se encontram localizados nas cinco regiões brasileiras. Em virtude de outra efeméride, isto é, dos 45 anos do lançamento da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, buscou-se mapear o atual cenário e a trajetória do ensino da Biblioteconomia no Brasil. Outrora, o percurso do ensino da Biblioteconomia fora retratado por diversos autores, que demonstraram na literatura os acontecimentos ao longo dessa trajetória, bem como as influências das fases comumente conhecidas: modelo francês e o modelo norte-americano. Além disso, objetivou-se demonstrar a partir de uma pesquisa exploratória uma virada mais recente no ensino da Biblioteconomia, a qual está associada ao contexto de criação de novos cursos de Arquivologia e de Museologia, institucionalmente próximos uns dos outros, o que vem contribuindo para a nova fase acadêmico-institucional e para o estreitamento do diálogo entre os campos científicos. Em suma, perpassou-se pelas diversas fases do ensino da Biblioteconomia como também pelos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, demonstrando como os campos estão interligados, bem como iluminou-se o atual cenário dos programas e dos cursos em funcionamento no país.

Palavras-chaves: Ensino da Biblioteconomia. Escolas de Biblioteconomia. Formação do bibliotecário. Programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

(RE)VISITING THE WAYS OF THE TEACHING OF LIBRARY SCIENCE IN BRAZIL

ABSTRACT

March 12th is celebrated the day of the Brazilian librarians, which was instituted by Decree No. 84.631, in 1980. Since then, in all over the country, has been celebrated this career - regulated in 1962. The celebrations are promoted by libraries, associations, councils and colleges of the library science, which are located in the five Brazilian regions. In

this year, is the 45th anniversary of the Brazilian Journal of Library Science and Documentation, important scientific journal of the Library Science. Thus, the aim of this paper is to map the current scenario and the trajectory of the teaching of Library Science in Brazil. In the past, the teaching of Library Science had been studied by several authors, who demonstrated in the literature the events along this trajectory, as well as the influences of the commonly known periods and influence: the French model and the North American model. In addition, the objective here is to demonstrate from an exploratory research a more recent turn in the teaching of Library Science, which is associated to the context of creation of new courses in several Brazilian universities: Archival science and Museology, next institutionally of each other, both of them next to Library Science, which has contributed to the new academic-institutional period, and to closer dialogue between scientific fields. In short, this paper studies various periods of Library Science teaching in Brazil, as well as post-graduate programs in Information Science, demonstrating how the fields are interconnected, as well as illuminating the current scenario of programs and courses in operation in the country.

Keywords: Library Science teaching. Library Science Schools. Librarian training. Postgraduate programs in Information Science.

1 PRIMEIRO E SEGUNDO MOMENTO DO ENSINO DA BIBLIOTECONOMIA: MODELO FRANCÊS X MODELO NORTE-AMERICANO

O início da trajetória do ensino da Biblioteconomia remonta a instituição da Biblioteca Nacional do país cujo diretor na época era Manoel Cícero Peregrino da Silva, que autorizou a publicação do Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911. Tal decreto criou o primeiro curso da América Latina e o terceiro do mundo¹ (FONSECA, 1979), todavia este primeiro curso começou a funcionar apenas em 1915, pois no ano seguinte ao da sua criação, em 1912, o diretor da primeira seção, a de impressos, que foi transferido para a segunda seção, de manuscritos, não se julgou devidamente preparado para o desempenho das aulas. Ademais, os inscritos naquele ano, na maioria funcionários da instituição, desistiram de cursá-lo (BIBLIOTECA

¹ Considera-se o primeiro curso de Biblioteconomia o da *École Nationale des Chartes*, de 1821, o segundo curso o da *Columbia University School of Library Service*, de 1887, e o terceiro da Biblioteca Nacional, do Brasil (FONSECA, 1979).

NACIONAL, 1913). Nos anos seguintes, em 1913 e 1914, as inscrições foram abertas, mas nenhum candidato se apresentou.

Segundo Castro (2000) este curso iniciou suas atividades sob a influência francesa, principalmente da *École Nationale des Chartes*, considerada uma escola de caráter humanista e conservadora, inaugurando, assim, a primeira fase do ensino da Biblioteconomia brasileira. Para Souza (2009), esse modelo educacional francês que perdurou no ensino da Biblioteconomia até o final dos anos de 1920 era coerente com os parâmetros culturais da época, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, então sede do poder político e administrativo federal. O curso de feição nitidamente institucional visava atender tão somente as necessidades da própria instituição, de modo que o ensino era ministrado por meio de quatro disciplinas: Bibliografia; Paleografia e Diplomática; Iconografia; e Numismática, as quais correspondiam, igualmente, às quatro seções da instituição. Além disso, o curso “não tinha por finalidade transformar a sociedade, mas somente consolidar um projeto da elite dominante e, o mais possível, consolidar a Biblioteca Nacional em condições comparáveis àquelas mais importantes da Europa” (SOUZA, 2009, p. 47).

Souza (2009) acrescenta, ainda, que supridos alguns quadros com a qualificação técnica pretendida pela instituição, e por não ter havido inscritos no ano de 1921, o curso de Biblioteconomia é extinto no ano seguinte, reabrindo nove anos depois, por meio do Decreto nº 20.673, de 17 de novembro de 1931. Poucas alterações foram realizadas em seu ensino, entre elas a mais significativa foi a mudança na duração do curso, que passou de um ano para dois anos. O ensino permaneceu humanista e voltado para atender as necessidades da instituição, sendo ensinado no primeiro ano as seguintes matérias: Bibliografia, Paleografia e Diplomática; e no segundo ano, História Literária (com aplicação à bibliografia), Iconografia e Cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas geográficas).

Nesse momento, as mudanças econômicas, políticas e sociais da década de 1930, juntamente com a crescente influência norte-americana começavam a reverberar diretamente no ensino da Biblioteconomia. O Instituto Mackenzie de São Paulo, tipicamente americano, preocupado com a biblioteca de seu colégio, que estava estagnada e organizada de modo precário, contratou a bibliotecária norte-americana Dorothy Murriel Gropp para organizá-la, bem como para implantar o Curso Elementar de Biblioteconomia e substituir a bibliotecária Adelpha Figueiredo,

que fora estudar Biblioteconomia na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Assim, com a chegada de Gropp, em 1929, inicia-se a segunda fase no ensino da Biblioteconomia através do segundo curso de Biblioteconomia criado no país. Um curso totalmente distinto da formação ministrada pela Biblioteca Nacional (CASTRO, 2000), até porque “a natureza e o papel da Biblioteca Nacional, conservadora da memória nacional, a diferia de outras bibliotecas. Daí constituir-se nos lócus privilegiados para incorporação de ‘saberes enciclopédicos’[...]” (CASTRO, 2000, p. 102).

Assim, esse primeiro curso paulista deslocava o foco do Rio de Janeiro para São Paulo, de uma Biblioteconomia à francesa para uma Biblioteconomia norte-americana, consolidando um ensino tecnicista e pragmático ao centrar-se nas disciplinas de catalogação, classificação, referência e organização de bibliotecas. Em 1935, ocorreu o encerramento do curso no Mackenzie. No ano seguinte houve a criação da Escola de Biblioteconomia da Divisão de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de São Paulo, por Rubens Borba de Moraes, está anexada à Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), em 1940, e, até hoje em funcionamento. Hoje em dia esse curso alinha uma dimensão técnica à dimensão humanística, visando formar um profissional mais completo, afastando-se da bipolaridade do ensino da Biblioteconomia.

O crescente contato com o modelo estadunidense ocasionou uma reforma significativa no existente curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional, sob a direção de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, expressa pelo Decreto nº 6.440 de 27 de abril de 1944. Assim, o curso da Biblioteca Nacional passou a ser denominado de Cursos da Biblioteca Nacional (CBN), pois o ensino desdobrou-se em três níveis, e com finalidades diferentes², a saber: Curso fundamental de Biblioteconomia (CFB), Curso Superior de Biblioteconomia (CSB) e Cursos Avulsos (CA).

As alterações advindas desta reforma permitiram que esses cursos fossem bastante demandados. Para Souza (2009) isso ocorreu devido à incorporação do modelo norte-americano em seu ensino, substituindo de vez a influência francesa e

² O primeiro curso era responsável por formar pessoal habilitado a executar, sob a orientação de bibliotecários, serviços técnicos necessários ao funcionamento de bibliotecas. O segundo curso objetivava formar pessoal habilitado a administrar bibliotecas e a organizar ou dirigir serviços técnicos de bibliotecas. Já os cursos avulsos tinham como finalidade atualizar os conhecimentos dos bibliotecários e bibliotecário-auxiliares, divulgar conhecimentos sobre Biblioteconomia e promover uma homogeneidade básica aos serviços de biblioteca (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009).

a lógica de formar profissionais aptos a trabalhar somente na biblioteca daquela instituição nacional. Destarte, ressalta Castro (2000) que essa inclusão do modelo pragmático se deu mais por pressão externa do que por vontade própria da instituição. Tal pressão foi exercida pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que exigia um profissional capaz de organizar e administrar qualquer tipo de biblioteca, bem como já vinha ocorrendo em São Paulo, desde o final dos anos de 1920, com a implantação do primeiro curso paulista.

Por fim, antes do curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional, ser transferido em 1969, para a antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), esse curso passou por uma última reforma, através do Decreto nº 550 de 1º de fevereiro de 1962, o qual estabeleceu uma duração de três anos para o curso e incluiu novas disciplinas. No entanto, tal alteração só não modificou profundamente o ensino, porque já se havia consolidado, desde a gestão de Rubens Borba de Moraes (1945-1947), a influência paulista, de origem estadunidense, em detrimento do modelo carioca de influência francesa (SOUZA, 2000).

Desse modo, a consolidação da influência norte-americana no ensino da Biblioteconomia conduziu a *Rockefeller Foudation*, durante os anos de 1943 a 1948, por meio do curso da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, a conceder nove bolsas de estudos para pessoas de outros estados brasileiros interessadas em estudar Biblioteconomia nos Estados Unidos (RUSSO, 1966). Castro (2000) aponta que o resultado desse intercâmbio gerou uma expansão dos cursos de Biblioteconomia em todo o país aos moldes desse modelo. Essa expansão dos cursos foi também beneficiada pela crescente quantidade de bibliotecas públicas que vinham sendo instaladas nos diferentes estados brasileiros. Ainda pode-se atribuir o crescimento dos cursos no país a aprovação da Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário, regula o seu exercício, e prevê a criação dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB).

2 ENTRAM EM CENA OS CURRÍCULOS MÍNIMOS: DA DÉCADA DE 1960 A 1980

O crescimento de novos cursos tornou necessária a implantação do primeiro currículo mínimo de Biblioteconomia que, apesar de suas posteriores críticas, constituiu naquele momento em um importante artefato à moda brasileira, o qual inaugurou a fase do ensino da Biblioteconomia com conteúdos voltados para a demanda nacional. Este currículo fixado em 16 de dezembro de 1962 possibilitou a uniformidade entre os conteúdos e a mobilidade dos alunos para qualquer uma das escolas em funcionamento, ademais de possibilitar às escolas a oferta de outras disciplinas, conforme suas demandas, e que viriam a compor o currículo pleno do curso (LEMOS, 1973). Santos (1998) acrescenta que essa padronização no ensino contou com o apoio da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecário (FEBAB), criada em 1959, que conseguiu ao lado do Conselho Federal de Educação (CFE) instaurar o então currículo mínimo composto pelas seguintes disciplinas: História do Livro e das Bibliotecas; História da Literatura; História da Arte; Introdução aos Estudos Históricos e Sociais; Evolução do pensamento Filosófico e científico; Organização e Administração de Bibliotecas; Catalogação e Classificação; Bibliografia e Referência; Documentação e Paleografia. Uma primeira tentativa que demonstra uma harmonização das disciplinas técnicas e das disciplinas que favorecem o lado humanístico da Biblioteconomia.

O estreito contato da Biblioteconomia com a Documentação tornou-se mais visível no ensino por meio desse novo instrumento educacional, que incluía uma disciplina voltada propriamente para as questões da Documentação. Em outro âmbito, o institucional, a relação da Documentação com a Biblioteconomia já poderia ser vista por meio do contato entre a Biblioteca da Marinha, o Real Gabinete Português de Leitura e a Biblioteca Nacional com o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), criado em Bruxelas, por Paul Otlet e Henri La Fontaine, nomeado em 1931, de Instituto Internacional de Documentação (IID), conforme discutido por Juvêncio (2014). Ainda sobre a influência da Documentação no país, a consultoria de Herbert Coblans, enviado da UNESCO, foi decisiva para a inclusão deste componente curricular, bem como a criação, em 1954, do Instituto Brasileiro de

Bibliografia e Documentação (IBBD)³, desenvolvido também por meio de uma proposta conjunta com o Conselho Nacional de Pesquisa e a Fundação Getúlio Vargas.

Para Souza (2009) essa ação representa os esforços e uma alternativa para lidar com esse novo contexto, pois as formações de bibliotecários humanistas ou técnicos não mais atendiam plenamente às novas exigências. O ensino biblioteconômico estaria estagnado, visto que “o conservadorismo e a falta de criatividade eram manifestos nos currículos ministrados nas escolas existentes” (SOUZA, 2009, p. 68). Nessa mesma direção, Lemos (1973, p. 55) apresenta sua insatisfação frente ao ensino da Biblioteconomia, no qual segundo ele “predomina o ensino prático (e, muitas vezes, exageradamente tecnicista) em detrimento dos estudos dos aspectos teóricos e fundamentais dos problemas biblioteconômicos”. Esse autor deixa claro, ainda, a existência de uma “fidelidade dogmática a códigos de catalogação, normas de documentação e sistemas de classificação, muitas vezes idolatrados com cegueira [...]”, e, “ausência de uma abordagem integrada das atividades e serviços da Biblioteconomia/Documentação que faça uso das técnicas de análise de sistemas e encare as disciplinas como um todo orgânico”. Por fim, acrescenta que as tecnologias incorporadas ao ensino não modificaram a estrutura global dos cursos (LEMOS, 1973).

Assim dado esse contexto de insatisfação junto ao ensino da Biblioteconomia foi criado um curso de especialização na área da Documentação com vistas ao trabalho com diversos documentos (para além do objeto livro) e envolvendo diferentes áreas do saber. Dessa maneira, vinculado ao IBBD estava instalado o primeiro curso de especialização em Pesquisa Bibliográfica, em 1955, depois denominado de Curso de Documentação e Informação Científica, o qual era voltado para os graduados de qualquer área do conhecimento interessados em trabalhar com documentação especializada (PINHEIRO, 2005). A presença da Documentação alterou não só o ensino, mas também o nome de um dos principais eventos da área, que passou de Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, para Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBB), em 1959, que atualmente encontra-se em sua 27ª edição. Além disso, Castro (2000) acrescenta que a proximidade com a

³ Desde 1976 - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Documentação ocasionou polêmicas entre as fronteiras da Biblioteconomia, bem como serviu de condição *sine qua non*, para modificar a formação do bibliotecário, agora um profissional detentor de conhecimentos especializados, a serviço da ciência. Enfim um *servo servorum scientiae*.

Portanto, a introdução da Documentação, de dupla influência, tanto europeia, especificamente pelas ideias de Paul Otlet e Henri La Fontaine, quanto estadunidense marca no país uma dissidência entre os bibliotecários e os documentalistas (ORTEGA, 2009). Esse desentendimento menos acentuado se comparado com outros países, entre os bibliotecários e os documentalistas, conhecidos também como bibliotecários tradicionais e bibliotecários especialistas gerou, por conseguinte uma distinção entre uma Biblioteconomia tradicional ou “pura”, de uma Biblioteconomia Especializada/Documentação (DIAS, 2000). Nos Estados Unidos, conforme revela Ortega (2009), a Documentação passou a ser representada pela área *Information Retrieval* ou *Information Storage and Retrieval* e se configura como umas das principais origens da Ciência da Informação. Cumpre salientar que não existe no Brasil o curso de graduação em Documentação ou mesmo a pós-graduação, sendo a graduação em Biblioteconomia e a pós-graduação em Ciência da Informação. Todavia é comum a nomeação *a posteriori* deste profissional de “bibliotecário-documentalista”, como, por exemplo, em editais e carreiras do serviço público, o que parece harmonizar a distinção operada de modo mais radical em outros países.

A Ciência da Informação, gestada durante a Segunda Grande Guerra, com raízes na Documentação e na Recuperação da Informação, instaura-se definitivamente no Brasil com a criação do primeiro programa de pós-graduação em Ciência da Informação, em 1970, pelo IBBD, este renomeado, em 1976, de Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Conforme Cardoso (2002) “a conjuntura nacional da época exigia a criação de estruturas de apoio informacional e a capacitação de recursos humanos para a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico”. Desse modo, a Documentação e a fundação do IBBD podem ser vistas como dois marcos decisivo para a introdução da Ciência da Informação no país (PINHEIRO, 2005). Com o surgimento dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação foi inaugurada outra fase no ensino da Biblioteconomia, notadamente, marcada pelo conceito de “informação”.

Nessa direção, para Población (1992) a primeira fase da Ciência da Informação, que corresponde aos anos de 1970 a 1985, equivale à terceira fase do ensino da Biblioteconomia no Brasil, marcada anteriormente pela influência europeia (1^o Fase 1915-1928) e pela segunda fase (2^o Fase 1929-1969) marcada pela mudança de direção da influência europeia para a pragmática estadunidense. Para essa autora o crescimento de novos cursos de graduação nessa terceira fase desperta a preocupação com a formação de recursos humanos, professores e pesquisadores para atuarem nas duas áreas de informação (Biblioteconomia e Ciência da Informação), levando, assim ao crescimento da pós-graduação em Ciência da Informação, que após a sua primeira fase (1970/85) passou a ser marcada pela sua segunda fase (1986-1992).

Retornando ao currículo do curso de Biblioteconomia, o segundo currículo mínimo foi proposto em decorrência das constantes mudanças após vinte anos do primeiro currículo, a nova proposta foi elaborada pela Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), e encaminhada ao Conselho de Ensino Federal (CEF). Esse novo currículo publicado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), conforme Resolução nº 08 de 1982, com duração de quatro anos, era composto por três partes: 1. Matérias de Fundamentação Geral (Comunicação, Aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo e História da Cultura); 2. Matérias Instrumentais (Lógica, Língua portuguesa e Literatura da língua portuguesa, Língua estrangeira e moderna e Métodos e técnicas de pesquisa); 3. Matérias de Formação Profissional (Informação aplicada à Biblioteconomia, Produção dos registros do conhecimento, Formação e desenvolvimento de coleções, Controle bibliográfico dos registros do conhecimento, Disseminação da informação e Administração de bibliotecas).

Não obstante, o segundo currículo mínimo, tal qual o primeiro, sofreu diversas críticas, as quais se davam no âmbito da formação do bibliotecário, muitas vezes classificada de generalista, por não possuir focos específicos em determinadas linhas; ou de tecnicista, pela falta de sensibilidade no trato com o usuário, suas necessidades e ambiente social (SOUZA, 2009). Nessa mesma década de 1980, nota-se um aumento de encontros realizados, como, por exemplo, o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), sendo que alguns destes encontros passaram a abarcar temas mais especializados, e outros encontros com caráter mais

regional ou estadual. A realização desses eventos fomentou a troca de conhecimentos e de discussões referentes aos temas e dilemas da área, marcando, assim, um período de reflexão, objetivando a avaliação qualitativa do ensino (PLOBACIÓN, 1992).

3 DESLOCAMENTO DO OBJETO DA BIBLIOTECONOMIA: DÉCADA DE 1990

O ensino da Biblioteconomia, nos anos 1990, continuava carente de rumos que pudessem orientá-lo e atender aos interesses do país, sobretudo econômicos (SOUZA, 2009). O autor acrescenta ainda que, após a “década perdida” ingressou por meio da diretoria da Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), transformada, em 2001, em Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), um discurso originado pela Federação Internacional da Documentação (FID) acerca do “Moderno profissional da informação”, ocasionando uma destruição da formação e da identidade do Bibliotecário por um “profissional da informação” (SOUZA, 2009). Todavia, apesar da crítica este termo é comumente utilizado pela comunidade acadêmica, seja nas publicações ou nos eventos da área, tendo sido criada ainda, em 2012, a Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), que tem como missão promover o trabalho dos profissionais da informação, incluindo os arquivistas e os museólogos.

Outro importante acontecimento para o campo da Biblioteconomia foi o crescente contato com as tecnologias e outras áreas do conhecimento, que conduziu um deslocamento do seu paradigma, do objeto “documento/livro”, para a “informação”. Para Oliveira (2005, p. 26), “a unidade de análise da Biblioteconomia não é mais somente o livro, mas também a informação; e suas atividades, agora automatizadas, ultrapassam o espaço da biblioteca”. Como disse também Almeida Júnior (1997, p. 128) “o livro, apenas enquanto suporte, perde sua condição de centro das atenções das bibliotecas. A informação passa a ocupar esse espaço, independente do suporte que a contém”. Nesse momento, atribui-se certa ênfase aos “usuários”, que passam a nortear a finalidade das bibliotecas, dos centros de documentação e dos sistemas de recuperação da informação, ao invés da posse do

documento, privilegiando, então, o acesso às informações nas suas diferentes manifestações (FERREIRA, 1995). Pode-se dizer que o desejo de afastar-se do objeto livro e da biblioteca como um espaço de atuação encontrou respaldo por meio da abstração que a palavra informação sugere, ocasionando uma abertura das possibilidades de atuação. De modo semelhante, esse novo campo da Ciência da Informação mostrou-se sedutor para a comunidade científica, uma vez que a própria expressão já possuía ciência na sua composição, o que permitiria um aferrecimento do debate epistemológico da Biblioteconomia.

Ancorado nesse discurso de um profissional da informação e no desenvolvimento de um setor de informação foi possível o fortalecimento da Ciência da Informação no Brasil. Ao lado do crescimento dos periódicos em Ciência da Informação, surge também um dos principais eventos científicos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB), I edição em 1994, e, atualmente, em sua 19ª edição, em 2018, evento este que é organizado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB) criada em 1989 devido aos esforços de alguns cursos e programas de pós-graduação da área. Dentro desse cenário de expansão da Ciência da Informação por meio dos cursos de mestrado e do doutorado, este criado em 1992, os próprios programas de pós-graduação em Biblioteconomia e as escolas de Biblioteconomia mudaram de nomes para mestrados e escolas de Ciência da Informação. Essa mudança simboliza a estreita relação imposta pela Ciência da Informação frente à Biblioteconomia, onde o desenvolvimento da Ciência da Informação se deu principalmente a partir da base acadêmica da Biblioteconomia (ARBOIT; BUFREM; KOBASHI, 2011).

4 BIBLIOTECONOMIA ENTRA EM UMA NOVA FASE: DÉCADA DE 2000

No começo da década os cursos de graduação, incluindo a Biblioteconomia, passaram por um momento mais flexível de seus currículos, devido à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que encerra a lógica dos currículos mínimos para os cursos. O

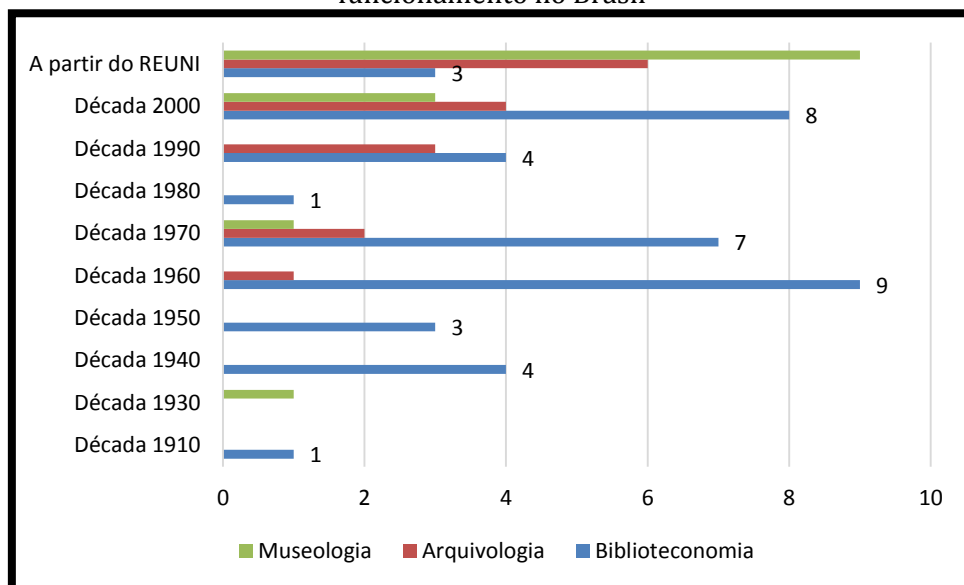
parecer do Conselho Nacional da Educação CNE/CES 492/2001 estabeleceu que os projetos pedagógicos dos cursos deveriam constar a partir de então as seguintes informações: perfil dos formandos; as competências e habilidades de caráter geral e comum e aqueles de caráter específico; os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica; o formato dos estágios; as características das atividades complementares; as estruturas do curso e as formas de avaliação. Nota-se, assim, desde os anos 2000, a não mais imposição de disciplinas obrigatórias aos cursos, mas uma direção que envolve traçar as competências, habilidades e atitudes dos futuros profissionais bibliotecários.

Particularmente, na diretriz do curso de Biblioteconomia a recomendação quanto aos conteúdos curriculares advoga rumo à adoção de uma perspectiva mais humanística na formulação de seus conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural, que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens. Acredita-se que essa recomendação pode ser vista como um alerta ao ensino da Biblioteconomia para que não exclua as questões sociais e culturais de seus currículos e não se reduza ao pragmatismo e ao tecnicismo, que marcou durante anos o seu ensino, sobremaneira, em sua segunda fase. Todavia, tal discussão sobre a pregnância da técnica é ainda comum nas discussões sobre o ensino da Biblioteconomia, assim como a crítica sobre a incorporação dos modelos e teorias estadunidense devido à proximidade da Ciência da Informação, ou mesmo a implantação sem grandes adaptações à realidade brasileira de sistemas e serviços de informação. Com o objetivo de manter sempre constante tais discussões sobre o ensino, a ABECIN promove o Encontro Regional de Educação em Ciência da Informação (ERECIN), com 2ª segunda edição Norte/Nordeste, em 2018, cujo tema é “Os desafios da inclusão na práxis pedagógica: saberes e fazeres em Ciência da Informação”.

Em um segundo momento da década de 2000 ocorre a instauração de uma outra fase intitulada acadêmico-institucional devido a proximidade e/ou afastamento com os cursos de Arquivologia e os de Museologia, os quais tiveram seu crescimento associado ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, finalizado em 2012. A diversidade de localizações institucionais (escolas, faculdades, departamentos) dos cursos de graduação possibilitou a construção de

categorias que refletissem essa relação, a saber: instituições de ensino superior que ofertam os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia foram denominadas de ABM; cursos de Arquivologia e Biblioteconomia (AB); Biblioteconomia e Museologia (BM); e, apenas Biblioteconomia (B), tal classificação vinculada aos cursos de Biblioteconomia pode ser conferida no apêndice. A análise da influência acadêmico-institucional dos cursos, e deles com a pós-graduação em Ciência da Informação de maneira detalhada pode ser conferida na dissertação de Tanus (2013). Quanto ao crescimento dos cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia no país expõe-se a seguir:

Gráfico 1 - Crescimento dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia em funcionamento no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora.

Em suma, o crescimento quantitativo dos cursos de Biblioteconomia ocorreu, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970, portanto, anterior à implantação do REUNI, conforme se pode notar no gráfico. Por meio da criação/expansão de outros como, por exemplo, Arquivologia e Museologia, os cursos de Biblioteconomia puderam estreitar os diálogos com aqueles campos, levando inclusive alguns cursos a uma alteração curricular tendo em vista o compartilhamento de disciplinas comuns, conforme relatado por Araújo, Marquez e Vanz (2011). Pela via do REUNI foram implantados apenas dois cursos de Biblioteconomia no país: um na Universidade Federal de Sergipe (UFS), região norte do país, e outro curso, na região sudeste, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), modalidade

licenciatura (exclusivo no país), tendo em vista que os outros cursos de Biblioteconomia são na modalidade bacharelado. O ano de criação do curso da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como sendo do ano de 2012 advém da data da Resolução que altera o nome do curso de bacharelado em Ciências da Informação para Biblioteconomia.

5 ATUAIS CONFIGURAÇÕES ACADÊMICO-INSTITUCIONAIS

Atualmente o ensino da Biblioteconomia conta com 40 cursos de graduação em funcionamento, na modalidade presencial, em todas as cinco regiões brasileiras. Contudo, quando se consulta o portal E-MEC, que arrola as Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados o resultado recuperado para o curso de Biblioteconomia foi de 54 cursos. A recuperação na plataforma envolve cursos em funcionamento, desativados, presenciais e à distância de Biblioteconomia, por isso a diferença entre esse resultado e aqueles cursos efetivamente em funcionamento. Ademais, são apresentadas algumas informações duplicadas, de cursos já extintos, como o da PUC-Minas; ou cursos desativados, pois nenhuma informação atual foi encontrada nas páginas das seguintes instituições: Centro Universitário (UNIVEL); Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF); Centro Universitário UNIC; Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX SERRA).

Em relação aos cursos à distância estes totalizam seis instituições: Universidade de Caixas do Sul (UCS); Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR); Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO); Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI); Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); Centro Universitário de Jaguariúna (FAJ). Com o objetivo de formar mais bibliotecários no país a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em parceria o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) lançou em março do ano de 2018 o curso BibEad (Biblioteconomia à distância) que poderá ser ofertado pelas instituições públicas de ensino superior (IPES), que possuem o curso presencial e manifestarem adesão para a implantação deste novo curso. Os objetivos de criação desta modalidade está associada a interiorização dos profissionais, uma vez que os cursos presenciais e a atuação dos bibliotecários concentram-se nas capitais, bem

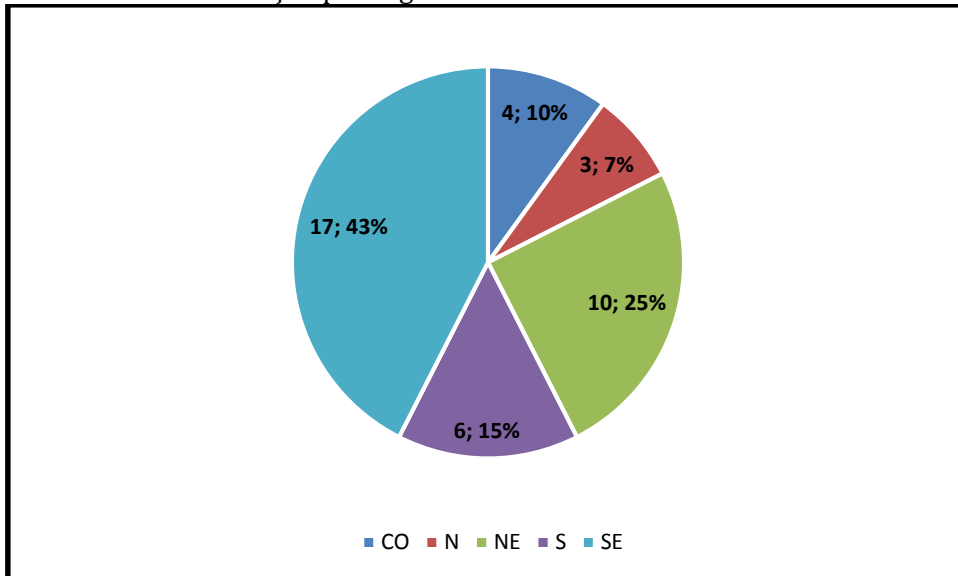
como tem a intenção de suprir uma demanda existente e registrada na lei de universalização das bibliotecas escolares, a Lei 12.244 de 24 de maio de 2017, que prevê a obrigatoriedade de uma biblioteca com o bibliotecário em cada escola que integra o sistema de ensino do país seja público ou privado.

A fim de contribuir para a implementação desta lei, que ainda não provocou muitas mudanças no cenário tanto para os bibliotecários quanto para as bibliotecas escolares, foi proposta a regulamentação do exercício do “Técnico em Biblioteconomia”, aprovada pela Lei nº 13.601, de 9 de janeiro de 2018, e que, teve, vetado um importante parágrafo que desobriga o técnico a se registrar nos Conselhos de Biblioteconomia, enfraquecendo, assim, a representatividade e o fortalecimento da classe que poderia ser acrescida com os técnicos em Biblioteconomia. Vale salientar ainda que, a efetivação de uma lei depende e está vinculada a criação ou manutenção de políticas públicas que efetivem a entrada dos profissionais nos municípios, nos estados e na união. É preciso inclusive um olhar cuidadoso para os cursos presenciais de Biblioteconomia, uma vez que nos últimos anos os concluintes não representam nem a metade das vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior, tendo os cursos uma elevada taxa de evasão⁴ (INEP, 2017).

Retomando a exposição acerca dos cursos efetivamente em funcionamento, na modalidade presencial, constatou-se uma concentração de cursos na região sudeste, com 43%, seguida do nordeste, com 25%, do sul, com 15%, do centro-oeste, com 10%, e, por último a região norte com três cursos, o que totaliza 7%. Conforme revela o gráfico seguinte, a maioria dos cursos de Biblioteconomia são públicos, isto é, 30 cursos, o que equivale a 75%; os demais, nove cursos são privados, 25% (mantidas e administradas por pessoas jurídicas de direito privado), os quais estão sediados nas seguintes instituições de ensino superior: FAED, FUNLEC, UDESC, FAINC, FATEA, FESPSP, UNIFAI, PUC – Campinas, USU e UNIFOR-MG.

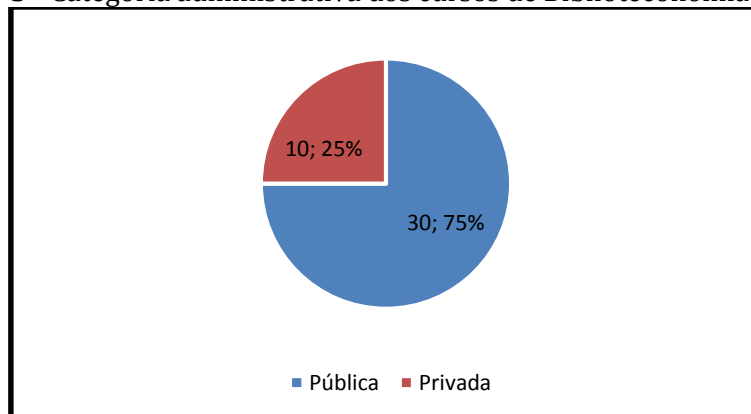
⁴ Em 2015, vagas oferecidas 4904, concluintes 1253; em 2014, vagas oferecidas 4908, concluintes 1361; em 2013, vagas oferecidas 2706, concluintes 1253.

Gráfico 2 - Distribuição por região dos cursos de Biblioteconomia no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 3 - Categoria administrativa dos cursos de Biblioteconomia no Brasil

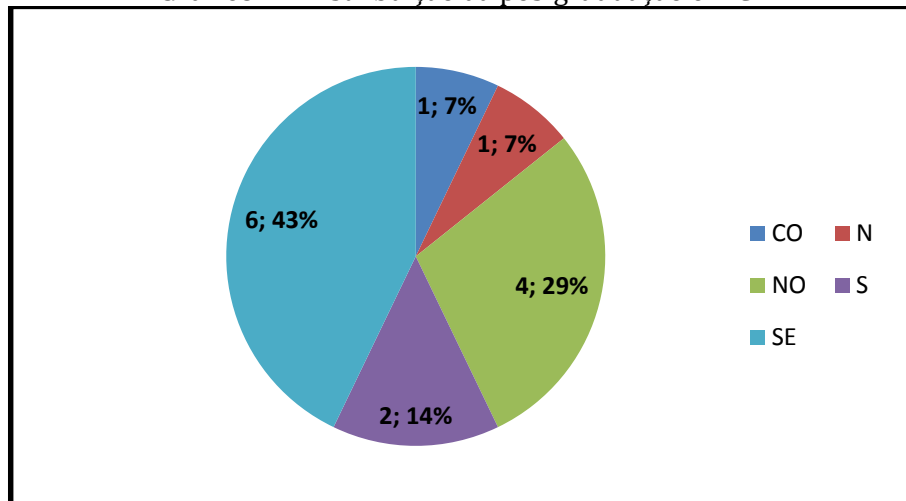


Fonte: Elaborado pela autora.

Em virtude da proximidade estabelecida entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, considera-se este o momento mais oportuno para demonstrar a quantidade existente de cursos de pós-graduação em Ciência da Informação. Semelhante à Biblioteconomia, os cursos de pós-graduação em Ciência da Informação concentram-se na região sudeste, com 43%, seguido do nordeste, com 29%, da região sul, com 14%, e com 1% o centro-oeste e o norte do país. Essa proximidade percentual entre os cursos de Biblioteconomia e os de pós-graduação em Ciência da Informação decorre da localização acadêmico-institucional dos cursos, visto que, onde há a oferta da pós-graduação em Ciência da Informação há também na instituição de ensino superior o curso de Biblioteconomia.

Quanto à pós-graduação, especificamente, em Biblioteconomia, salienta-se que a UNIRIO, desde 2012, oferta o mestrado profissional (o primeiro do país) composto por duas linhas de pesquisas: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade e Organização e Representação do Conhecimento. Outro programa de pós-graduação profissional em Biblioteconomia, em funcionamento desde 2016, na Universidade Federal do Cariri, no Ceará, conta com a seguinte área de concentração: Biblioteconomia na Sociedade Contemporânea, tendo as seguintes linhas de pesquisa: Linha 1 - Informação, Cultura e Memória e Linha 2 - Produção, comunicação e uso da informação.

Gráfico 4 - Distribuição da pós-graduação em C.I



Fonte: Elaborado pela autora.

Já os cursos de pós-graduação em Ciência da Informação não tiveram um crescimento tão significativo quanto aos cursos de Biblioteconomia. Para consulta dos cursos em funcionamento recorreu-se a Plataforma Sucupira da Capes, que arrola os cursos de pós-graduação no país. A Ciência da Informação encontra-se dentro da área de avaliação intitulada “Comunicação e Informação”, que abriga também os cursos de Museologia, Desenho Industrial e Comunicação. Atualmente, estão em funcionamento quatorze programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Vê-se que a década de 1970 representou para a Ciência da Informação, um momento de fundação e crescimento dos primeiros cursos de mestrado na área, e vinte anos depois dos primeiros cursos de doutorado da área, o que poderia ser nomeado de consolidação da Ciência da Informação no país.

Quadro 1 - Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil
(ano de funcionamento dos cursos de mestrado e doutorado)

IES	UF	Região	M	D
UnB	DF	CO	1978	1992
UFBA	BA	NO	1998	2010
UFSC	SC	S	2003	2012
UFMG	MG	SE	1976	1997
UFPB	PB	NO	1977	2012
UFF	RJ	SE	2004	2015
UNESP	SP	SE	1998	2005
UFPE	PE	NO	2008	2017
USP	SP	SE	1972	1980
UFRJ	RJ	SE	1970	1994
UEL	PR	S	2012	
UFSCAR	SP	SE	2016	
UFC	CE	NO	2016	
UFPA	PA	N	2016	

Fonte: Elaborado pela autora.

Interessante notar que mais recentemente vem sendo criados outros cursos de pós-graduação, nomeados de “Gestão da Informação”. As universidades que oferecem tais cursos em Gestão da Informação são: USP, UDESC, UEL, UFPR, nesta última universidade encontra-se o único curso de graduação em Gestão da Informação, modalidade Bacharelado. Na UFMG pode-se encontrar ainda o curso de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Gestão e Organização do Conhecimento, na Escola de Ciência da Informação, onde também se encontra a pós-graduação em Ciência da Informação. Na UFRN, por exemplo, é ofertada a pós-graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento (mestrado profissional) e a especialização em Gestão documental, este último curso *lato sensu* pode ser encontrado em outras universidades. Acredita-se que a demanda do curso em Gestão tem se tornado cada vez mais presente devido, sobretudo, ao aumento da produção e da necessidade de organização e gestão das massas documentais acumuladas nas diferentes esferas da administração.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, por meio da pesquisa exploratória, pode-se constatar que o ensino da Biblioteconomia é marcado por diversas fases, e todas buscam responder as demandas do seu momento, gerando críticas positivas e negativas sobre as mudanças curriculares. Quando o curso foi criado no início do século passado a intenção era formar bibliotecários para trabalhar na própria instituição onde estavam sendo formados, na Biblioteca Nacional. Com a criação dos cursos de São Paulo, de influência estadunidense, os cursos passaram a apresentar um pragmatismo que radicalizava na concentração das técnicas, na organização dos acervos, como atividade fim do bibliotecário. Nas décadas subsequentes, o ensino da Biblioteconomia foi também objeto de reflexões, não estando imune às diversas críticas, inclusive, atualmente, continua a discussão sobre o peso atribuído as disciplinas técnicas e a um referencial teórico e/ou experiências estrangeiras, quando se deveria prevalecer o lado social e da realidade onde o curso está inserido, tanto no âmbito local, regional e nacional.

Ao lado da trajetória do ensino da Biblioteconomia foi se consolidando outras estruturas e ações fundamentais para o fortalecimento institucional como, por exemplo, a criação da FEBAB, do IBICT, dos Conselhos Regionais e Federal de Biblioteconomia, a regulamentação da profissão, o dia do bibliotecário, a criação de periódicos, a realização regular de eventos da área e a consolidação dos programas de pós-graduação. A Ciência da Informação foi, certamente, um divisor de águas para a Biblioteconomia, marcando uma mudança na direção do ensino, da pesquisa e da própria compreensão epistemológica de ambas. Não somente os cursos de pós-graduação em Biblioteconomia mudaram de nomes, mas as escolas, faculdades, institutos e departamentos de Biblioteconomia passaram a ser designados de Ciência da Informação. Os periódicos e os eventos, como também as instituições passaram a agregar a informação como conceito e objeto de estudo dos campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Mais recentemente a partir do contato com outros cursos como os de Arquivologia e os de Museologia, a Biblioteconomia foi convocada novamente a refletir sobre seu ensino e a sua constituição científica, buscando estreitar os diálogos por meio dos debates sobre patrimônio, documento, informação,

usuários/visitantes, instituições de memória (arquivo, biblioteca, museu), gestão, entre outros conceitos afins as áreas das Ciências Sociais e Humanas. Em decorrência dessa proximidade intensificada pela localização institucional dos cursos, os campos científicos passaram a estreitar os conhecimentos teóricos e as experiências com uma maior força, conformando o que se chamou de uma nova fase intitulada “acadêmico-institucional” para o ensino da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia (TANUS, 2013).

Ademais, vale a pena chamar a atenção para assertiva de Briquet de lemos (2015, p. 18) “é preciso que se compreenda que as necessidades do país é que devem ditar as normas do exercício de uma profissão”, sob a pena da Biblioteconomia e seu ensino ficarem estagnados, e pior tornar um campo de saber ainda mais desconhecido ou pouco relevante para a sociedade. É indispensável que os bibliotecários, profissionais da informação, ou melhor, profissionais do campo das ciências sociais, sejam sujeitos afeitos aos problemas sociais e democráticos pelos quais o país está passando. É papel social dos bibliotecários e das bibliotecas combaterem a falta de informação e promoverem o acesso à informação de maneira significativa com vistas à apropriação da informação.

Não cabe mais a defesa de termos que não fazem sentido como uma atuação objetiva, neutra, imparcial. É preciso o olhar atento para a formação de bibliotecários, com vistas a torná-la significativa e relevante para a sociedade, fazendo jus a compreensão do campo da Biblioteconomia como uma Ciência Social. O distanciamento das questões sociais e políticas deveriam manter em constante processo de análise e compreensão com vistas exercerem um papel crítico e de mudança diante da cena atual (instaurada após um golpe) que vem sofrendo o país através dos constantes ataques na área da Educação e Cultura, como, também, desmonte dos serviços públicos. De modo geral, infelizmente, parece as questões políticas passar ao largo dos processos formativos do bibliotecário, o que compromete não apenas o presente, mas, sobretudo, o futuro dos próprios bibliotecários, das bibliotecas e da Biblioteconomia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997. 129 p. (Coleção Palavra-Chave, 7).

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; MARQUES, Angélica Alves da Cunha; VANZ, Samile Andréa Souza. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia integradas na Ciência da Informação: as experiências da UFMG, da UNB e da UFRGS. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 85-108, 2011.

ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah S.; KOBASHI, Nair. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil sob a ótica da evolução quantitativa dos cursos de graduação na área. **Inf.&Soc**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 145-158, jan./abr. 2011.

BIBLIOTECA NACIONAL, BR. **Anais...** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional: 1913.

BRASIL. Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 01 de janeiro de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/CES n. 492/2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Sinopse do censo do ensino superior – 2015. Brasília, 2015. Disponível em: <http://sistemascensosuperior.inep.gov.br>. Acesso em: 03 maio 2018.

BRIQUET DE LEMOS, Antonio Agenor. **De bibliotecas e biblioteconomia: percursos**. Brasília: Briquet de Lemos/livros, 2015.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Educação para a informação: desafios contemporâneos para a Ciência da Informação. **DataGramaZero**, v.3, n.5, out.2002.

CASTRO, Cesar. **História da Biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

DIAS, Eduardo Wense. Biblioteconomia e Ciência da Informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.5, n. especial, p. 67-80, jan./jun. 2000.

FERREIRA, Sueli Mara. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

FONSECA, Edson Nery da. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Brasília: 1979.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. **O Mundaneum no Brasil: O Serviço de Bibliographia e Documentação da Biblioteca Nacional e seu papel na implementação de uma rede de informações científicas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2014.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Estado atual do ensino da Biblioteconomia no Brasil e a questão da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, n.1, jan./jun., 1973.

OLIVEIRA, Marlene. A Ciência da Informação no Brasil. In: OLIVEIRA, Marlene (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos contextos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 45-60.

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne de Souza, Gustavo. Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade**, v. 19, p. 13-24, 2009.

ORTEGA, Cristina Dotta. A documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 3, n. 1, p. 3-35, jan./jun. 2009.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar. Pesquisa e pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil: duas fases (1970/85-1986/1992). In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 12., São Paulo, 1992, **Anais...**São Paulo, 1992.

SANTOS, Jussara Pereira. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. **Encontros Bibli**, setembro de 1998.

SOUZA, Edivanio Duarte. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: elementos disciplinadores do campo científico. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.22, p. 49-64, Número Especial 2012.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX**. 2. ed. rev. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2009.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Cenário acadêmico institucional dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do Brasil**. 2013. 242 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Recebido em: 20 de fevereiro de 2018 Aceito em: 15 de maio de 2018

APÊNDICE: Configuração acadêmico-institucional dos cursos de Biblioteconomia

Categoria	Sigla	Ano de criação e/ou funcionamento	Reg.	Pós em C.I		Instituição de Ensino Superior	Pública ou Privada
				M	D		
AB	FURG	1975	S	/	/	Instituto de Ciências Humanas e da Informação	Pública
AB	UEL	1977	S	C.I	/	Centro de Educação, Comunicação e Artes. Departamento de Ciência da Informação	Pública
AB	UFES	1975	SE	/	/	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Biblioteconomia	Pública
AB	UFF	1963	SE	C.I	/	Instituto de Arte e Comunicação social. Departamento de Ciência da Informação	Pública
AB	UFPB	1969	NE	C.I	C.I	Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciência da Informação	Pública
AB	UFAM	1966	N	/	/	Instituto de Ciências Humanas e Letras. Departamento de Biblioteconomia	Pública
AB	UNESP	1977	SE	C.I	C.I	Faculdade de Filosofia e Ciências. Departamento de Ciência da Informação	Pública
ABM	UFBA	1942	NE	C.I	C.I	Instituto de Ciência da Informação. Departamento Documentação e Informação	Pública
ABM	UFMG	1950	SE	C.I	C.I	Escola de Ciência da Informação	Pública
ABM	UFPA	1963	N	C.I	/	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Faculdade de Biblioteconomia	Pública
ABM	UFRGS	1947	S	/	/	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	Pública
ABM	UFSC	1974	S	C.I	C.I	Centro de Ciências da Educação. Departamento de Ciência da Informação	Pública
ABM	UNB	1966	CO	C.I	C.I	Faculdade de Ciência da Informação	Pública
ABM	UNIRIO	1911	SE	/	/	Centro de Ciências Humanas e Sociais. Escola de Biblioteconomia	Pública
ABM	UNIRIO	2009	SE	/	/	Centro de Ciências Humanas e Sociais. Escola de Biblioteconomia	Pública
B	FAINC	1976	SE	/	/		Privada
B	FATEA	1975	SE	/	/		Privada
B	FESPSP	1940	SE	/	/	Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação	Privada
B	FUNLEC	2001	CO	/	/		Privada
B	PUC Campinas	1945	SE	/	/	Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Faculdade de Biblioteconomia	Privada
B	UDESC	2001	S	/	/	Centro de Ciências Humanas e da Educação. Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação	Privada
B	FAED	2006	S	/	/		Privada
B	UESPI	2003	NE	/	/	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Pública

B	UFAL	1999	NE	/	/	Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte	Pública
B	UFCA Cariri	2006	NE	C.I	/	Parceria com o Departamento de Ciências da Informação, não há departamentos em Cariri	Pública
B	UFC Fortaleza	1965	NE	/	/	Centro de Humanidades. Departamento de Ciências da Informação	Pública
B	UFMA	1969	NE	/	/	Centro de Ciências Sociais. Departamento de Biblioteconomia	Pública
B	UFMT	1999	CO	/	/		Pública
B	UFRJ – IBICT	2006	SE	C.I	C.I	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	Pública
B	UFRN	1997	NE	/	/	Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciência da Informação	Pública
B	UFSCar	1994	SE	C.I	/	Centro de Educação e Ciências Humanas. Departamento de Ciência da Informação	Pública
B	UNIFAI	2005	SE	/	/		Privada
B	UNIFOR	1968	SE	/	/		Privada
B	USP	1966	SE	C.I	C.I	Escola de Comunicação e Artes. Departamento de Biblioteconomia e Documentação	Pública
B	USP – Ribeirão Preto	2003	SE	/	/	Departamento de Educação, Informação e Comunicação	Pública
B	UNIR	2012	N	/	/	Departamento de Ciência da Informação	Pública
B	USU	1957	SE	/	/		Privada
BM	UFG	1980	CO	/	/	Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia	Pública
BM	UFPE	1950	NE	C.I	/	Centro de Arte e Comunicação. Departamento de Ciência da Informação	Pública
BM	UFS	2009	NE	/	/	Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Núcleo de Ciência da Informação.	Pública